

Edição nº
4.840

Diretor Responsável:
Wilmar Souza e Silva

(33) 9 8880-2410

CNPJ: 17.709.734/0001-47

DIÁRIO

TRIBUNA

Teófilo Otoni,
quarta-feira, 19 de novembro de 2025

56
Anos
Desde 1969
Diário Tribuna

Festa do final de ano das atletas foi mais um entretenimento feliz de muitas risadas



No sábado (8/11/25) foi realizada mais uma comemoração das GFC - Guerreiras Futebol Clube (mulheres que se reúnem e fazem de conta que sabem jogar futebol rsrsrs). A festa foi iniciada às 13h e encerrada após as 21h. Essas mulheres lindas amam uma boa festa, regada a muita comida, bebida, música boa e muitas risadas. **Página 8**

4ª edição do evento Raízes Africanas na Matemática e na Vida é realizada no Campus do Mucuri

No próximo dia 18 de novembro, será realizada no Campus do Mucuri, em Teófilo Otoni (MG), a 4ª edição do evento Raízes Africanas na Matemática e na Vida. Com objetivo principal de promover a valorização das contribuições africanas para a matemática e para a vida, desenvolvendo uma compreensão crítica e inclusiva da história da matemática entre os participantes, a iniciativa tem como público-alvo os alunos do curso de licenciatura em Matemática e alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA). **Página 2**



Visita técnica da PMMG à Polícia Militar do Mato Grosso do Sul (PMMS)



Entre os dias 11 e 14 de novembro, a 15ª RPM, com sede em Teófilo Otoni, foi representada pela Cabo Juliana, lotada na Seção de Emprego Operacional e Planejamento, compondo a comitiva da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) que realizou visita técnica à PMMS. A militar é idealizadora de uma das iniciativas finalistas do edital PMMG de Boas Práticas de Polícia Comunitária 2024, com o Projeto Mulher Livre de Violência (MLV). Policiais militares idealizadores de outros projetos compuseram a comitiva, bem como, parte da equipe da Diretoria de Operações (DOP/PMMG). **Página 8**

CCJ aprova parecer de projeto de privatização da Copasa

Página 3

Volume de serviços triplica o crescimento no estado

O volume de serviços teve elevação de 1,5% no mês de setembro em comparação com agosto em Minas Gerais. Na comparação entre agosto e julho, o segmento apresentou crescimento de 0,5% no estado. As informações estão na análise do Núcleo de Estudos Econômicos da Fecomércio MG. **Página 4**



VESTIBULAR 2025/2

Centro UNIVERSITÁRIO AlfaUNIPAC

ESCOLHA ACREDITAR EM VOCÊ!

INSCRIÇÕES ABERTAS
unipacto.com.br

(33) 9 9907-7133

4ª edição do evento Raízes Africanas na Matemática e na Vida é realizada no Campus do Mucuri

Iniciativa também marca Dia Nacional da Consciência Negra

No próximo dia 18 de novembro, será realizada no Campus do Mucuri, em Teófilo Otoni (MG), a 4ª edição do evento Raízes Africanas na Matemática e na Vida. Com objetivo principal de promover a valorização das contribuições africanas para a matemática e para a vida, desenvolvendo uma compreensão crítica e inclusiva da história da matemática entre os participantes, a iniciativa tem como público-alvo os alunos do curso de licenciatura em Matemática e alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Para participar da programação, que começa às 19h e estende-se até as 22h, com atividades no Auditório Cristal e no Restaurante Universitário (RU), não é necessário realizar inscrição.

De acordo com a professora da Faculdade de Ciências Sociais, Aplicadas e Exatas (Facsae) do Campus do Mucuri, Tula Maria Rocha Moraes, a realização do evento Raízes Africanas na Matemática e na Vida também marca o Dia Nacional da Consciência Negra, comemorado no dia 20 de novembro. "O evento procura resgatar e valorizar as contribuições dos povos africanos ao desenvolvimento da matemática, frequentemente ignoradas pela historiografia convencional. Reconhecer a diversidade cultural e histórica dos conhecimentos matemáticos enriquece a formação dos estudantes, promove a inclusão e combate o preconceito racial em comemoração ao Dia da Consciência Negra. Além disso, o evento visa engajar alunos



da EJA, um público muitas vezes marginalizado no ambiente acadêmico, proporcionando-lhes um espaço de aprendizado dinâmico e significativo, no qual possam reconhecer suas origens e contribuições históricas no contexto educacional", destaca.

A professora detalha que o evento é uma iniciativa promovida pelas disciplinas voltadas à Educação Matemática, bem como pelo Programa de Iniciação à Docência (Pibid), em parceria com o Parque da Ciência e a coordenação do curso de Licenciatura em Matemática da UFVJM. "Através de desafios, jogos, oficinas, atividades interativas e exposições culturais, dentre outros, espera-se engajar os participantes em um diálogo enriquecedor, promovendo o reconhecimento das contribuições africanas e incentivando uma apreciação mais profunda e inclusiva da matemática em nossas vidas. O

ano de 2025 completa a 4ª edição do evento contando com o apoio de personalidades públicas da região do Mucuri", explica Tula, que informa, ainda, que, no momento, está prevista a participação de cerca de 200 alunos da EJA de Teófilo Otoni no Campus Mucuri.

Confira os objetivos do evento: - Integrar conhecimentos de história e cultura africana ao ensino da matemática. - Estimular a reflexão crítica sobre a diversidade de origens dos conhecimentos matemáticos. - Fortalecer o interesse dos alunos da EJA pela matemática, mostrando sua aplicação e relevância cultural. - Promover o protagonismo estudantil, permitindo que os alunos do curso de Licenciatura em Matemática planejem, organizem, coordenem e avaliem as atividades do evento. (Divisão de Jornalismo e Imprensa/ Diretoria de Comunicação Social).

Cemig abre inscrições para curso gratuito de empreendedorismo feminino

Ação "Mulher Empreendedora Online" impulsiona geração de renda e contribui para transformação social

A Cemig, por meio do programa Você – Voluntariado Cemig, anuncia a nova edição do projeto "Mulher Empreendedora", iniciativa voltada ao fortalecimento da autonomia feminina e à promoção da transformação social. A formação tem como principal objetivo possibilitar que mulheres de várias regiões de Minas Gerais sejam capacitadas para a gestão dos próprios negócios, de maneira a contribuir para a criação de oportunidades e geração de renda. As inscrições estão abertas até o próximo dia 21 de novembro e podem ser realizadas por um formulário online disponível no portal cemig.com.br.

Com foco na geração de oportunidades, o projeto oferece formação voltada ao desenvolvimento pessoal e profissional de mulheres que desejam investir no futuro. O conteúdo será ministrado de forma totalmente online, entre os próximos dias 25 e 28 de novembro, das 18h30 às 21h30. A participação é gratuita e todas as mulheres que concluírem o curso receberão certificado ao final da formação.

Para a analista de Sustentabilidade da Cemig, Marina Oliveira, é importante incentivar as mulheres a se tornarem empreendedoras e protagonistas da sua própria história. "Acreditamos que a presença feminina no cenário do empreendedorismo, sendo gestoras do seu próprio negócio, propicia um mercado com

Anúncio do curso "Mulher Empreendedora" da Cemig. No topo, o título "MULHER EMPREENDEDORA" é acompanhado de um ícone de lâmpada. Abaixo, o texto informa: "FORMAÇÃO SOBRE EMPREENDEDORISMO: DE 25 A 28 DE NOVEMBRO DAS 18:30 ÀS 21:30, COM TRANSMISSÃO VIRTUAL VIA GOOGLE MEET". Segue "ENTREGA DE CERTIFICADOS" e um QR code com o texto "Faça sua inscrição" e uma seta. Na base, há fotos de três mulheres sorrindo e logos de parceiros: Cemig e Governo de Minas.

muito mais diversidade e diferentes pontos de vista", comenta. "A ação reforça o compromisso da Cemig com a inclusão, a equidade e o desenvolvimento sustentável, no propósito de promover a transformação de vidas", completa a analista da companhia.

Durante o curso, serão abordados temas essenciais para quem deseja empreender com sustentabilidade: Espírito empreendedor, Autoconhecimento, Gestão de negócios e finanças, Comunicação e vendas.

Programa de Voluntariado Cemig - O voluntariado empresarial é uma iniciativa de responsabilidade social das empresas que visam incentivar e apoiar ações voluntárias de seus profissionais em benefício da sociedade. A

Cemig conta com o Programa Você – Voluntariado Cemig, que engloba diversas ações para incentivar e apoiar o envolvimento dos empregados em atividades voluntárias, de maneira a promover o desenvolvimento humano e contribuir com o bem-estar das comunidades onde atua.

O projeto Mulher Empreendedora é uma dessas ações. A proposta é promover uma aprendizagem prática que contribua diretamente para o desenvolvimento econômico e para a transformação de realidades. Desde a sua implantação, o projeto já formou 14 turmas do curso e impactou a vida de mais de 300 mulheres. (Imagem: Cemig Divulgação/ Fonte: Marina Oliveira, analista de Sustentabilidade da Cemig).



Paralisação Programada Teófilo Otoni – COPASA

A Copasa informa que, devido à necessidade de manutenção programada, o abastecimento de água em alguns bairros de Teófilo Otoni será interrompido na próxima quinta-feira, (20/11/2025). A previsão é que o fornecimento de água seja normalizado, gradativamente, no decorrer da manhã de sexta-feira (21/11/2025).

A Companhia destaca que, nesses casos, os imóveis que possuem caixas d'água podem não sofrer impactos. Região Afetada: Alegria, Concórdia, Doutor Laerte Laender, Frei Dimas, Marajoara, Olga Prates Correia, Palmeiras, São Diogo e Teófilo Rocha. (COPASA – Assessoria de Imprensa)



Certificado Digital:

Mais do que um documento, é a sua **identidade segura** no mundo digital!

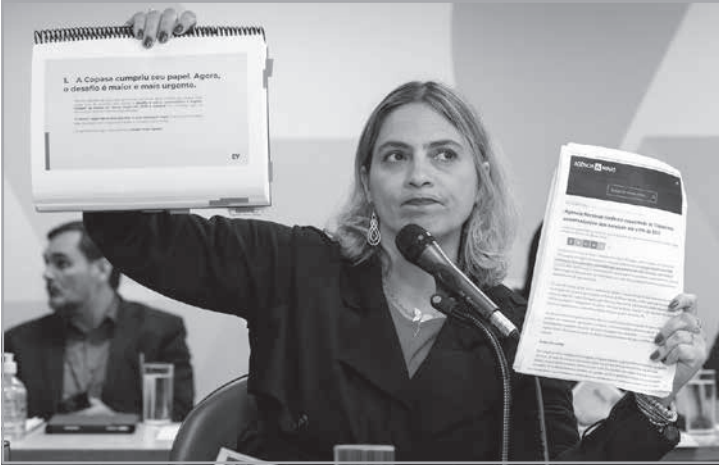
Saiba mais:

(33) 3522-6677



CCJ aprova parecer de projeto de privatização da Copasa

Proposta do Governo do Estado dá o primeiro passo em sua tramitação na ALMG



Beatriz Cerqueira alertou para o risco de aumento de tarifas após a privatização, citando informações de relatório elaborado pela empresa Ernst & Young, a pedido da própria Copasa - Foto: Willian Dias

A proposta que permite a privatização da Copasa recebeu parecer pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) nesta segunda-feira (17/11/25). Apesar da obstrução de parlamentares da oposição, a comissão deu aval ao Projeto de Lei (PL) 4.380/25, do governador Romeu Zema (Novo).

O relator da proposição que autoriza a desestatização da companhia estadual de saneamento básico foi o deputado Doorgal Andrada (PRD). Ele apresentou o substitutivo nº 1, que promove ajustes na redação original do projeto para fortalecer as garantias de bom atendimento dos usuários e proteger os empregos dos funcionários da empresa.

Conforme a nova redação, a desestatização da Copasa poderá ocorrer por meio da alienação de participação societária ou por meio de aumento de capital, mediante oferta pública de ações que leve à perda do controle acionário do Estado. Para isso, o governo poderá lançar mão da criação, cisão ou fusão de subsidiárias da empresa.

Após a privatização, a companhia deverá cumprir metas de universalização dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, considerando a inclusão de áreas rurais e núcleos urbanos informais. Além disso, deverá garantir a continuidade da tarifa social para a população mais vulnerável e a chamada modicidade tarifária, que é o princípio de manter as tarifas de serviços públicos essenciais em preços justos e acessíveis para os consumidores.

Ainda de acordo com o substitutivo nº 1, após a privatização, a empresa deverá garantir a prestação de servi-

ços de qualidade, com redução de perdas de água, busca constante de mecanismos de atendimento em épocas de estiagem, criação de instrumentos ágeis de contestação das contas pelos consumidores, incentivo ao uso consciente de água e medidas de combate ao desperdício em virtude de vazamentos.

O novo texto ainda assegura aos funcionários da Copasa a manutenção de seus contratos de trabalho por um período de 18 meses após a privatização. Além disso, autoriza a empresa a promover a incorporação de sua subsidiária Copanor, criada em 2007 para garantir o atendimento no Norte de Minas e nos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri.

Os recursos obtidos com a desestatização da Copasa serão utilizados exclusivamente na amortização da dívida do Estado com a União ou no cumprimento das demais obrigações assumidas no âmbito do Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag). Parte desses recursos também poderá ser destinada ao fundo estadual de saneamento básico, como ressaltado no substitutivo nº 1.

Governo lembra baixa capacidade de investimento do Estado - Na mensagem que encaminhou o PL 4.380/25 à ALMG, o governador Romeu Zema argumenta que a privatização da Copasa é essencial para garantir o cumprimento de metas de universalização previstas no novo Marco Legal do Saneamento Básico. Até 2033, 99% da população deverá ter acesso à água potável. A coleta e o tratamento do esgoto deverão ser assegurados a 90% da população.

Além disso, a nova legislação também obriga a celebração de contrato de concessão, mediante prévia licitação, para a prestação dos serviços públicos de sa-

neamento básico, vedando a utilização de contrato de programa, convênio, termo de parceria ou outros instrumentos de natureza precária. O governador lembra que um terço dos contratos atualmente em vigor com a Copasa vencerão nos próximos dez anos e não poderão ser renovados em razão dessa vedação. A perda desses contratos, além da baixa capacidade de investimento do Estado para garantir a expansão dos serviços de saneamento básico, justificam a necessidade de privatização da Copasa, na argumentação do governador Romeu Zema.

Oposição questiona necessidade de privatização - Parlamentares da oposição tentaram obstruir a votação do parecer sobre o PL 4.380/25 na CCJ. As deputadas Beatriz Cerqueira (PT) e Bella Gonçalves (Psol) e o deputado Doutor Jean Freire (PT) criticaram a proposta do Governo do Estado, alegando que a privatização pode onerar os consumidores mineiros e comprometer a qualidade dos serviços prestados pela Copasa, especialmente em pequenas localidades.

A deputada Beatriz Cerqueira chamou a atenção para o risco de aumento de tarifas após a privatização. Ela citou informações do relatório elaborado pela empresa Ernst & Young, a pedido da própria Copasa, que projeta reajustes anuais nas contas de água depois que a empresa for vendida. Esses reajustes, segundo a parlamentar, serão superiores aos praticados atualmente.

Ela ainda rebateu os argumentos do Governo do Estado de que a Copasa não teria condições de cumprir as metas de universalização previstas no Marco Legal do Saneamento Básico. Ela citou notícias da Agência Minas informando que a empresa teria capacidade de atingir essas metas até 2033. “O governo mentiu em sua agência oficial?”, provocou.

Ainda sobre o Marco Legal do Saneamento, a parlamentar questionou a falta de informações oficiais que comprovem a realização dos investimentos necessários para garantir a universalização dos serviços em pequenas localidades após a privatização. “Qual o planejamento para

resolver os problemas de saneamento básico onde a Copasa não está?”, questionou.

Já a deputada Bella Gonçalves manifestou preocupação com a manutenção dos investimentos já pactuados pela Copasa com os municípios e com a continuidade dos contratos em vigor com as prefeituras, após a privatização. Ela criticou a ausência dessas informações na proposta do Governo do Estado. A parlamentar ainda questionou a necessidade de privatização da Copasa, tendo em vista a possibilidade de federalização da Codemge, que, segundo ela, poderia abater R\$ 30 bilhões na dívida do Estado com a União. No entanto, como ela lembrou, com a recente alteração na composição societária da Codemge, a empresa passou a contar com apenas 5% da renda auferida com a exploração do nióbio de Araxá (Alto Paraíba). “O governador Romeu Zema não quer aderir ao Propag e abater a dívida do Estado com a União. Em vez disso, quer manipular informações para vender a Copasa a preço de banana.” Deputada Bella Gonçalves

Por sua vez, o deputado Doutor Jean Freire disse que a Copasa é uma das melhores empresas de saneamento do mundo e que a população mineira é contra a sua privatização. “Nós estamos avisando que a conta de água vai subir e o serviço vai piorar, pois a empresa privatizada não vai querer investir nas pequenas cidades”, alertou.

Ao todo, os parlamentares da oposição apresentaram 56 propostas de emendas ao PL 4.380/25. Em linhas gerais, essas emendas tinham o objetivo de vedar aumentos abusivos nas contas de água, garantir a manutenção de todos os investimentos programados pela Copasa e assegurar a preservação de áreas de proteção ambiental pertencentes à empresa, entre outros pontos. Todas as propostas acabaram rejeitadas e o parecer do deputado Doorgal Andrada foi aprovado, com voto contrário da deputada Beatriz Cerqueira e do deputado Doutor Jean Freire. O PL 4.380/25 segue agora para a Comissão de Administração Pública, para receber parecer de 1º turno. (Assessoria de Imprensa da ALMG - Gerência-geral de Imprensa e Divulgação).

Thiago Ângelo é o novo superintendente de Publicidade da Secom-MG



O jornalista Thiago Macedo Ângelo é o novo superintendente de Publicidade da Secom-MG. A notícia foi dada ao blog na manhã de hoje, em primeira mão, pelo secretário de Comunicação de Comunicação, Bernardo Santos, ressaltando que o profissional até alguns meses atrás era diretor de Mídia da pasta, tendo deixado a função para se dedicar a projeto pessoal. Thiago sucede no comando da Superintendência à publicitária Liliane Bebian Lima, que deixou o cargo sexta-feira.

Modernização - “Recebo com muita responsabilidade o convite para liderar a Superintendência de Publicidade do Governo de Minas. É uma satisfação retornar à Secretaria de Comunicação e integrar uma equipe tão competente. Agradeço ao secretário Bernardo pela confiança, e conto principalmente com a equipe para superar os de-

safios que vierem”, afirma Thiago Ângelo. E acrescenta: “Meu compromisso é avançar na modernização dos processos, fortalecer a relação com os veículos e contribuir para uma comunicação pública transparente, que apoie o propósito de fazer Minas Gerais prosperar cada vez mais”.

Experiente - Com mais de 15 anos de experiência em mídia, publicidade e comunicação pública, Thiago Macedo Ângelo construiu sua carreira atuando em agências, veículos e na própria Secom-MG. No último ano Thiago esteve à frente da CPC - Consultoria em Projetos de Comunicação - e atuou na direção da Rede Plural, grupo de rádios baseada em tecnologia e dados, onde implementou seus amplos conhecimentos em planejamento estratégico, inovação e gestão orientada a resultados. (Fonte: Blog do CEFAS).

IVAS
INSTITUTO DAS VIAS AÉREAS
Inspirando novos ares!

Gabriel Bezerra Rêgo
Otorrinolaringologia e Medicina do Sono
CRM-MG: 41683

Clínica IVAS
3522-2591
www.ivas.com.br

Volume de serviços triplica o crescimento no estado

O volume de serviços teve elevação de 1,5% no mês de setembro em comparação com agosto em Minas Gerais. Na comparação entre agosto e julho, o segmento apresentou crescimento de 0,5% no estado. As informações estão na análise do Núcleo de Estudos Econômicos da Fecomércio MG, realizada com base nos dados mais recentes da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do IBGE. Os serviços tiveram alta de 0,6% no país em setembro. Na comparação anual, entre setembro de 2024 e setembro de 2025, o volume de serviços registrou uma aceleração de 1,7% em Minas Gerais. O avanço é inferior ao observado no mesmo período do último ano, quando a alta do volume de serviços chegou a 2,6%.

De janeiro a setembro de 2025, o volume de serviços apresentou evolução de 0,2% em Minas Gerais. Este desempenho é menor que o observado no mesmo período do último ano, quando os serviços registraram avanço de 2,1% no estado. Nos últimos 12 meses, outubro de 2024 a setembro de 2025, o desempenho dos serviços ficou positivo em 0,7%. No mesmo período do ano anterior, o avanço atingiu 3,0%. O indicador para o volume de serviços no estado mantém uma tendência positiva nos últimos 53 meses.

Fernanda Gonçalves, economista da Fecomércio MG, destaca que o setor de serviços em Minas Gerais apresentou desempenho positivo neste mês, registrando uma variação superior a um ponto percentual em relação ao mês anterior. “Ao analisar a atividade de ‘Serviços prestados às famílias’, observa-se evolução na variação acumulada em 12 meses, alcançan-



do 1,7% positivos, resultado próximo à média nacional, de 1,9%. Em contrapartida, as atividades de “Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio” e “Serviços profissionais, administrativos e complementares” revelam um cenário menos favorável. Esses segmentos apresentaram desempenho inferior à média nacional, com diferenças de 2,6 e 4,4 pontos percentuais abaixo, respectivamente. Esses resultados, por sua vez, evidenciam sinais de estabilidade nos últimos meses para o setor de serviços de Minas Gerais”, explica Gonçalves.

Entre outubro do ano passado e setembro deste ano, o destaque em Minas Gerais foi para o setor de “Serviços de informação e comunicação”, que cresceu 4,7% e representou 23,00% do peso total do indicador. Já “Outros serviços”, com um peso próximo a 7,0% no estado, registra desaceleração no acumulado dos 12 meses de (-8,2%)

Sobre a Fecomércio MG - A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Minas Gerais (Fecomércio MG) é a principal entidade representativa do setor do comércio de bens, serviços e turismo no estado, que abrange mais de 750 mil empresas e 54 sindicatos. Sob a presidência de Nadim Elias Donato Filho, a Fecomércio MG atua como porta-voz das demandas do empresariado, buscando soluções através do diálogo com o governo e a sociedade. Outra importante atribuição da Fecomércio MG é a administração do Serviço Social do Comércio (Sesc) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) em Minas Gerais. A atuação integrada das três casas fortalece a promoção de serviços que beneficiam comerciários, empresários e a comunidade em geral, a partir de suas diversas unidades distribuídas pelo estado. (Wagner Fernando Liberato – Comunicação).

MOMENTO INSS: Mudanças recentes na carência do Salário-Maternidade (IN PRES /INSS nº 188/2025)

A partir de julho deste ano, novas regras sobre a concessão do salário-maternidade entraram em vigor, a partir de desdobramentos da decisão do Supremo Tribunal Federal, o STF. Para falar dessas mudanças, o que afeta os pedidos deste benefício, o MOMENTO INSS convidou a servidora Cláudia da Silva Souza, do INSS de Varginha.

DT: Cláudia seja bem-vinda. Pra começar, a gente gostaria que você explicasse, primeiro, o que é o salário-maternidade e quem tem direito.

Cláudia Sousa - O salário-maternidade é um benefício pago aos segurados do Regime Geral de Previdência Social por motivo de parto, adoção, guarda judicial para adoção ou aborto não criminoso. Sua duração é de 120 dias no caso de parto, de nascimento, e de adoção ou guarda judicial para fins de adoção, lembrando-se que a criança tem que ter no máximo 12 anos de idade. E terá a duração de 14 dias, no caso de aborto espontâneo.

DT: E qual é a mudança trazida pela Instrução Normativa 188, a partir de decisão do STF? Vamos entender o que mudou e quem tem direito?

CS: A Instrução Normativa nº 188 trouxe uma atualização. Essa atualização veio alinhar as regras à decisão do Supremo Tribunal Federal, que mudou um ponto central. Qual? A exigência de carência. Antes dessa mudança, algumas categorias — como contribuintes individuais e facultativos, e até mesmo segurado especial — precisavam, de no mínimo 10 contribuições, e



no caso do segurado especial 10 meses de efetivo exercício na qualidade de segurado especial para ter direito ao benefício. O STF considerou essa exigência inconstitucional. A Nova Instrução Normativa, nº 188, incorporou oficialmente essa decisão, garantindo o direito sem carência para todos os segurados.

DT: E desde quando passa a valer? Quem já teve benefício negado por falta de carência, o que deve fazer?

CS: Desde 5 de abril de 2024, não é mais exigido número mínimo de contribuições para ter direito ao salário-maternidade. E todos os requerimentos feitos a partir da publicação da IN nº 188/2025, ou pendentes de análise, estão dentro das novas regras. Além disso, os requerimentos dentro do período de cinco anos, que é o período prescricional, como o prazo não prescreveu, terão direito ao benefício, mesmo que o fato gerador seja anterior. Isso quer dizer que, requerimentos de contribuintes individuais e facultativos feitos nesse período, que foram negados por falta de carência, podem ser protocolados novamente, para que a análise seja feita pelas novas regras. Também o segurado especial deverá comprovar o efetivo exercício.

DT: Bom, mas há algum tipo de exigência

ou critério para que essa categoria de contribuinte seja contemplada?

CS: Bom, deixar-se de exigir carência. A partir desse momento só exige a qualidade de segurado para o contribuinte individual, mas esse segurado precisa comprovar exercício de atividade remunerada. Já o segurado facultativo tem direito sem comprovar atividade remunerada e sem carência, apenas a qualidade do segurado.

DT: De que forma essa mudança traz impactos para os segurados do INSS?

CS: Essas mudanças reduzem barreiras e ampliam o acesso ao salário-maternidade. Trabalhadoras e trabalhadores, no caso de cônjuge de sobrevivente que antes eram impedidos, por não ter o número mínimo de contribuições, agora podem receber, desde que mantenham a qualidade de segurado. Além disso, abre-se a possibilidade de revisar indeferimentos passados, desde que dentro do prazo prescricional.

Com esses esclarecimentos da servidora do INSS de Varginha, Cláudia da Silva Souza, sobre as mudanças no salário-maternidade, a gente encerra mais um Momento INSS. (Assessoria de Comunicação Social - SRSE-II - Belo Horizonte - MG - (31) 3249-5025/99679-9101).

ANESTESIOLOGIA

UROLOGIA

CARDIOLOGIA

UM SÓ LUGAR, DIVERSAS ESPECIALIDADES

NEFROLOGIA

OTORRINOLARINGOLOGIA

GINECOLOGIA

ORTOPEDIA

CIRURGIA PLÁSTICA

CIRURGIA GERAL

CIRURGIA VASCULAR

HOSPITAL PHILADELPHIA
ACOLHENDO COM MAIS AMOR

Concessão de terras públicas a empresa estrangeira já pode ser votada em 2º turno

Proposta de Emenda à Constituição visa facilitar a atração de investimentos para o Estado

Está pronta para votação definitiva de 2º turno no Plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 58/25, que permite ao Estado conceder terra pública às empresas de controle estrangeiro. A matéria recebeu, nesta terça-feira (18/11/25), aval da Comissão Especial criada com a finalidade de analisar a proposta. O relator da comissão, deputado Noraldino Júnior (PSB), recomendou a aprovação da PEC 58/25 na forma do vencido, ou seja, como aprovada em 1º turno pelo Plenário, com alterações em relação ao texto original.

De iniciativa do deputado Tadeu Leite (MDB), presidente da ALMG, e assinada por outros 36 parlamentares, a PEC propõe alterar a Constituição do Estado para retirar a vedação à concessão de terras públicas a em-



O deputado Noraldino Júnior (à esquerda) recomendou a aprovação da PEC 58/25 na forma do vencido - Foto: Daniel Protzner

presas controladas por estrangeiros. A concessão é uma modalidade que dá o direito de uso da terra por um período determinado, mediante contrapartidas e obrigações a serem prestadas pelo concessionário, conforme estabelecido em contrato.

Atualmente, a Constituição Estadual proíbe tanto a concessão como a alienação de terras públicas a pessoa jurídica cuja titularidade do poder decisório seja de estrangeiro. Contudo, a PEC mantém a proibição à alienação, a qual implica transferência definitiva da propriedade de um bem imóvel público, por

exemplo, pela venda.

Em seu parecer, o relator Noraldino Júnior enfatiza que a proposta representa uma atualização coerente com as necessidades contemporâneas de gestão do patrimônio público, ao permitir que o Estado mantenha integralmente o domínio sobre o imóvel, limitando-se a autorizar seu uso por prazo determinado e sob condições previamente pactuadas. “Trata-se, portanto, de uma forma qualificada de gestão patrimonial, que amplia o leque de parcerias possíveis sem comprometer a soberania estatal sobre o bem”, conclui o relator.

INSS: População do Vale do Jequitinhonha (MG) será beneficiada com mutirão neste final de semana

A expectativa e o ânimo são grandes entre os organizadores do mutirão de perícias médicas, que será realizado neste final de semana, dias 22 e 23 de novembro, em Almenara, cidade mineira do Vale do Jequitinhonha. Das cerca de 1.500 vagas extras abertas, mais de 1.350 já foram preenchidas, confirmando a previsão de que o mutirão vem ao encontro das necessidades da população da região.

“A iniciativa é resultado da parceria entre o Ministério da Previdência Social (MPS), o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e a Prefeitura de Almenara, que estão unindo esforços para realizar este grande mutirão”, explica o superintendente regional do INSS Sudeste II, Gabriel Leite Gomes. O gestor, juntamente com outros servidores do INSS, estará presente, acompanhando os trabalhos.

O mutirão irá atender o público do Benefício de Prestação Continuada (BPC), assim como requerentes do Benefício por Incapacidade Temporária de Almenara e região. Os atendimentos extras de perícia médica serão realizados no Colégio Comunitário Dr. Fernando Guimarães. “A Prefeitura de Almenara está auxiliando na infraestrutura necessária para um evento deste porte”, informa o



gerente-executivo do INSS em Teófilo Otoni, Elias Ramos, que também estará presente. É importante destacar que o mutirão contará com atendimentos presenciais de perícia médica, mas a maior parte das perícias será realizada de forma virtual, utilizando 13 salas previamente preparadas.

Como agendar atendimento - Os interessados em agendar perícia médica para o mutirão em Almenara devem ligar para a Central 135 ou acessarem o aplicativo MEU INSS. Isso vale também para quem já tem data marcada, mas quer antecipar o atendimento desses serviços.

É importante destacar que a equipe local do INSS também está atuando junto à rede socioassistencial da região, como os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), para antecipar agendamentos de BPC. “E caso as vagas não sejam preenchidas, o INSS poderá entrar em contato, via telefone, com requerentes agendados, ofere-

cendo a possibilidade da antecipação do atendimento. Nesse contato, o INSS apenas confirma informações do agendamento, não solicitando documentos, fotos ou senhas”, destaca o superintendente regional.

Documentação - É importante que os requerentes compareçam com documentação, como documento de identificação com foto, laudos e exames médicos recentes. Para confirmar o agendamento e quais documentos são necessários, os usuários podem ligar para a Central 135, que funciona de segunda a sábado, das 7h às 22h. Ou acessar o Meu INSS, disponível como aplicativo e site. (ACS/Sudeste II) - Mutirão do MPS e INSS em Almenara - Sábado e domingo (22 e 23 de novembro) - Horário: das 7h às 17h - Local: Colégio Comunitário Dr. Fernando Guimarães (Rua Fulgêncio Nogueira, 399 - Tereza Cristina, Almenara/MG) - Agendamentos: Central 135 e MEU INSS.



Transporte Legal

É mais seguro e constante, além de render recursos para o município. Gera mais benefícios sociais para você.



(33) 4042-2772



VALE DO MUCURY





INDIANA

DROGARIA PERFUMARIA

temos vagas para pcd's!

Nossa empresa acolhe as diversidades, venha fazer parte do time indianana!

Envie o seu currículo com o assunto (Pcd) para:
curriculos@farmaciaindiana.com.br

Jurados validam uso de prática restaurativa e absolvem ré

Caso inédito foi julgado no 2º Tribunal do Júri da Comarca de Belo Horizonte nesta sexta-feira (14/11)

Os jurados do 2º Tribunal do Júri da Comarca de Belo Horizonte validaram o uso de um plano de ação de Justiça Restaurativa (JR) entre ré e vítima para a resolução de conflito. O Conselho de Sentença absolveu a ré de uma acusação de tentativa de homicídio. A sessão do júri que analisou a causa ocorreu nesta sexta-feira (14/11) e foi presidida pela juíza Maria Beatriz Fonseca da Costa Biasutti Silva.

Conforme denúncia do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), o casal consumia bebida alcoólica quando a esposa, em uma aparente crise de ciúmes, agrediu o companheiro com uma garrafada no pescoço. Ela chegou a ser presa e denunciada pelo crime.

No entanto, na fase de instrução processual, o juiz e o MPMG identificaram a possibilidade de participação das partes em um Círculo de Construção de Paz, da Justiça Restaurativa, e ofereceu a construção de um plano de ação para solucionar o conflito, o que foi aceito por vítima e ré.

O juiz auxiliar da 3ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), José Ricardo Vêras, enfatizou que o uso da JR nesse caso foi pioneiro no País e alinhado às diretrizes da Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário, instituída pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) por meio da Resolução nº 255/2016.

“Os casos são selecionados de forma muito especial. Primeiro, verifica-se se o perfil do caso e das partes envolvidas permite a aplicação da Justiça Restaurativa – que busca uma abordagem mais humanizada e soluções que nem sempre são alcançadas pela decisão punitiva tradicional. A partir dessa escolha, o juiz e a equipe passam a atuar, realizando um trabalho que começa ainda na fase inicial do processo.”

Para o juiz sumariante do 2º Tribunal do Júri da Comarca da Capital, Roberto Oliveira Araújo Silva, que participou da elaboração do plano e é autor do projeto no processo julgado nesta sexta, a expectativa é tratar casos de relações continuadas entre os envolvidos por meio da Jus-



A juíza Maria Beatriz Fonseca da Costa Biasutti Silva presidiu a sessão do Tribunal do Júri que aprovou uso de Justiça Restaurativa (Crédito: Bel Ferraz / TJMG)



O juiz auxiliar da 3ª Vice-Presidência do TJMG, José Ricardo Vêras (esq.), com o juiz Roberto Oliveira Araújo Silva (centro) e promotor de Justiça Luciano Sotero Santiago (Crédito: Bel Ferraz / TJMG)

tiça Restaurativa: “O júri é um palco de grandes cenários para Justiça Restaurativa. Não só para crimes violentos, mas também para crimes contra relações continuadas, que podem ser trabalhados na relação de JR. O caso tratado nesta sexta-feira é um casal que se desentendeu num bar, durante uma briga, mas é um casal que ainda é ligado por uma questão de afeto, de amor, de carinho e a gente trabalhou esses laços entre eles.”

O promotor de Justiça Luciano Sotero Santiago, do MPMG, que atuou no caso, explicou que foram mais de 10 encontros com equipes técnicas para entender, restaurar e pacificar o conflito entre o casal. Ele enfatizou também que o objetivo da Justiça Restaurativa é a restauração do dano e resolução do conflito: “Se fosse sobre a ótica da Justiça tradicional ou punitiva, os jurados teriam duas opções. A condenação, mas, no caso, a ré tem duas filhas menores de idade e a vítima, o companheiro dela, não quer a condenação, porque viu que ela se arrependeu do ato. Então, as consequências de uma condenação seriam trágicas para esse núcleo familiar. Ou absolver a ré no quesito genérico de absolvição, da forma tradicional, o que também

não resolveria o conflito. Ou seja, a origem do conflito não seria resolvida.”

Sobre a Justiça Restaurativa - A Justiça Restaurativa é um processo colaborativo voltado à resolução de conflitos em relações prejudicadas por situações de violência. Com metodologias específicas, são valorizadas práticas de autonomia e diálogo, criando oportunidades para que os envolvidos (inclusive familiares e a comunidade) possam conversar e entender a causa do conflito, a fim de restaurar a harmonia e o equilíbrio.

A ética restaurativa é de inclusão e de responsabilidade social, promovendo o conceito de responsabilidade ativa. O processo restaurativo é realizado quando as partes envolvidas manifestam sua concordância em participar e pode ser aplicado tanto no âmbito criminal, em Varas Criminais, Juizados Especiais ou Centros Judiciários, quanto no contexto socioeducativo.

A Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário está disposta na Resolução nº 225/2016, do CNJ, e instituída em Minas Gerais pela Resolução nº 971/2021, do TJMG. (Diretoria de Comunicação Institucional – Dircom - TJMG – Unidade Fórum Lafayette).

Justiça rejeita queixa-crime de presidente do Palmeiras contra jogador

O juiz da 8ª Vara Criminal da Comarca de Belo Horizonte, Luís Augusto César Pereira Monteiro Barreto Fonseca, rejeitou a queixa-crime oferecida pela presidente da Sociedade Esportiva Palmeiras, Leila Pereira, com sede em São Paulo, contra o jogador Eduardo Pereira Rodrigues, que atua como atacante do Atlético e é popularmente conhecido como Dudu. A decisão foi publicada no dia 14/11.

Segundo a autora da ação, o jogador usou as redes sociais para publicar uma série de textos que configuram injúria e difamação. Nas publicações, feitas entre os dias 13 e 14/1 deste ano, ele afirmava que havia “saído do Palmeiras pela porta dos fundos”, que sua história era gigante e sincera, “diferente da sua, senhora Leila Pereira”. Me esquece VTNC”. Em outra publicação, conforme o processo, o jogador chamou a presidente do time de falsa. A decisão entendeu que as declarações de Dudu não ultrapassaram os limites aceitáveis da manifestação do pensamento e da crítica, atos protegidos constitucionalmente, configurando, no máximo, um excesso for-



Segundo a decisão de 1ª Instância, as declarações do jogador Dudu não ultrapassaram os limites aceitáveis da manifestação do pensamento e da crítica (Crédito: TJMG / Divulgação)

mal no exercício da réplica.

O magistrado afirmou que, pela narrativa da queixa-crime, as postagens foram feitas em um contexto emocional e de distrato comercial: “A expressão usada conforme interpretado pela querelante constitui expressão chula e vulgar, mas, no contexto do debate digital, revela-se um mero desabafo de raiva ou desprezo, desprovido de conteúdo substantivo que ataque a dignidade ou o decoro da pessoa. Não configuram elemento ou atribuição de qualidade negativa que atinja a honra subjetiva.”

O juiz Luís Augusto César Pereira Monteiro Barreto Fonseca defendeu ainda que, para haver crime contra a honra, como injúria ou difamação, é necessário que exista vontade

de específica de ofender. No entanto, avaliou que as declarações ocorreram em um contexto de “mútua provocação” e retorsão (revide) imediata, após declarações públicas da própria presidente do clube paulista. “O cenário exposto na queixa-crime é de mútua provocação e retorsão imediata em um ambiente de debate público. Tal contexto atenua significativamente o dolo específico e o grau de reprovabilidade social da conduta, aproximando-o da intenção de retorquir, e não do dolo puro de ofender a honra.” A decisão é de 1ª Instância e ainda cabe recurso. O processo tramita sob o nº 5017385-87.2025.8.13.0024. (Diretoria de Comunicação Institucional – Dircom - TJMG – Unidade Fórum Lafayette).

Polícia Militar deteve um agressor após perseguição e confronto armado, em comercinho

Na segunda-feira (17/11/25), durante patrulhamento na LMG, KM 21, Entrada do Guedes, um veículo desobedeceu à ordem de parada, avançou contra os militares e efetuou disparos de arma de fogo. Diante da injusta agressão, os policiais militares revidaram com disparos de arma de fogo.

O veículo prosseguiu em fuga, sendo imediatamente perseguido pela equipe. Durante a perseguição, o autor novamente lançou o veículo contra a viatura, o que exigiu nova resposta proporcional



por parte dos militares. Em determinado momento, o condutor perdeu o controle direcional e colidiu contra um barranco.

Nesse instante, dois indivíduos evadiram-se para o matagal, enquanto o motorista, que possui 37 anos,

foi contido e preso. Posteriormente encaminhado à delegacia de Polícia Civil para as demais providências. 15ª RPM - 70º BPM - Polícia Militar de Minas Gerais, 250 anos: A força do povo mineiro. Presença que Protege.



A Segurança e Medicina do Trabalho da CDL

Estrutura completa e equipe especializada, pronta para atender qualquer segmento.

Contrate a Seg&Med CDL e conte com:

- Treinamentos práticos;
- Programas e exames;
- Suporte técnico completo;
- Serviços pensados para o crescimento e segurança da sua empresa.

CDL Teófilo Otoni

Contato: (33) 3529-1000

Av. Dr. Luis Raul Pires Salomon, 1370 - Marçal Pimenta, Teófilo Otoni - MG

segmed.cdito.com.br

Qualidade, design e sustentabilidade aliados ao melhor custo-benefício. É MODELO!



GRÁFICA modelo

33 3522.3070 @graficamodelooficial

Marcelo Guedes, 170 - Cidade Alta Teófilo Otoni - MG

ABERTO DE SEGUNDA A SÁBADO A PARTIR DAS 7:30



LAVADOR NAAMAN

- Sistema leva e traz
- Lavagem Geral e Parcial
- Ducha
- Polimento
- Cristalização
- Cera líquida em toda lavagem (Grátis)

Contatos:

(33) 98839-1338

(33) 99104-5954

Rua Waldemar Raush - Centro (Beco da Madeireira Loesch)



CORPORE
ESCOLA DE DANÇA

Ballet Clássico, Ballet Contemporâneo, Dança do Ventre, Zumba, Hip Hop, Fit Dance e Dança de Salão.

Venha fazer, gratuitamente, uma aula experimental.

Rua Pastor Hollerbach, 218 A • Grão Pará

(33) 3522-3471 • (33) 98750-1641 • (33) 98750-1644 | Teófilo Otoni/MG



MATHEUS HANDERI A. FROTA
ENGENHEIRO CIVIL - CREA-MG 142267051-1

ESTRUTURAS METÁLICAS

(33) 98803-1119



BLACK FRIDAY

SAÚDE EM DIA

Faça seu plano com o Sind e garanta **100% de desconto** na taxa associativa durante 6 meses.

Planos por menos de **R\$4 por dia!**

Temos o plano perfeito para você!

Faça uma cotação (33) 3086-3600

Unimed SIND

Câmera, Alarme, Cerca Elétrica



PONTO BASE
SEGURANÇA ELETRÔNICA

Festeje e viaje com tranquilidade e deixe seu patrimônio em segurança.

PONTO BASE
Aqui tem segurança!!!

Antes de renovar seu contrato, consulte-nos.

Monitoramento e Rondas 24h

Sistemas On-line

Segurança Qualificada

RUA MIGUEL PENCHEL, 312 - IPIRANGA

TEÓFILO OTONI - MG / Tel.: (33) 3522.5045

CEP.: 39.801-001 - pontobasev@hotmail.com



Pessoa Jurídica: planos a partir de **R\$ 109,90**

Pessoa Física: planos a partir de **R\$ 69,90**

Adquira agora o seu Certificado Digital

Entre em contato: (33) 99928-4987

Valor promocional do Certificado Digital e CPF AI, válido por tempo limitado.

SIND
Certificado Digital

Reynaldo Neves
Advogados Associados

Reynaldo do Carmo Neves OAB/MG 61.093

Maria Beatriz C. Cicci Neves OAB/MG 49.428

Paula Barreiros OAB/MG 91.601

Júlia Cicci Neves OAB/MG 211.320

Stéfanie de Almeida Santos OAB/MG 211.942

Telefax: (33) 3536-3636

reynaldoneves.advs@uol.com.br

Rua Epaminondas Otoni, 958 - Sl. 207

Centro - Teófilo Otoni - MG

CEP: 39.800-013

Contrate o seu plano de saúde com **Unimed** Três Vales

Carência REDUZIDA com 30 dias de plano ativo você poderá realizar consultas, exames básicos e especiais.

3ª mensalidade GRÁTIS

3 meses de isenção da taxa de associado

Sorteio de 2 Mil reais todo mês

ACEV

Contrate agora! (33) 3522-6677



Vitaly Almeida
Contabilidade & Imobiliária Rural

CRCMG: 8135-0 - CRECIMG: 7407

(33) 3511-1456

Expediente

Um jornal Diário a serviço do Nordeste de Minas - Fundado em 05 de agosto de 1969

Filiado ao SINDJORI - Sindicato dos Proprietários de Jornais, Revistas e Similares do Estado de Minas Gerais - sindjori@fiemg.com.br - Av. do Contorno, 4.456, Funcionários, Belo Horizonte - Minas Gerais - CEP: 30.110-028

Diretor Responsável: Wilmar Souza e Silva

Representante em Belo Horizonte:

André Francisco Oliveira Silva (98851-0805)

Contábil:

Vitaly Almeida & Contadores Associados Ltda
vitalyalmeida@gmail.comNeto; Márcio Barbosa dos Reis;
Humberto Barbosa; José Carlos Freire.

Impressão:

Artes Gráficas Modelo
Rua Marcelo Guedes, 170 - (33) 3522-3070
Cidade Alta - Teófilo OtoniRedação e Composição:
Rua Victor Renault, 737 - Fundos - Laerte Laender
39.803-151 • Teófilo Otoni • MG
Tribuna do Mucuri Ltda - (Diário Tribuna)
CNPJ: 17.709.734/0001-47 • (33) 98880-2410 Zap

Jurídico:

Dr. Marcos Ganem
Advogados Associados
m.ganem@uol.com.br

Colaboradores:

Dra. Juliana Lemes da Cruz; Dr. Jeferson Botelho
Pereira; Paulo Sérgio Almeida Santos; José de Paiva56
Anos
Desde 1969
Diário Tribuna

Visita técnica da PMMG à Polícia Militar do Mato Grosso do Sul (PMMS)

Entre os dias 11 e 14 de novembro, a 15ª RPM, com sede em Teófilo Otoni, foi representada pela Cabo Juliana, lotada na Seção de Emprego Operacional e Planejamento, compondo a comitiva da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) que realizou visita técnica à PMMS. A militar é idealizadora de uma das iniciativas finalistas do edital PMMG de Boas Práticas de Polícia Comunitária 2024, com o Projeto Mulher Li-

vre de Violência (MLV). Policiais militares idealizadores de outros projetos compuseram a comitiva, bem como, parte da equipe da Diretoria de Operações (DOP/PMMG), chefiada pelo Tenente Coronel Tagliate, subcomandante da DOP, Diretoria promotora daquele edital.

Os 12 PMs da comitiva conheceram as dependências do 3º Batalhão PM, localizado em Dourados/MS, distante 226 km da capital, Campo Gran-

de. Na oportunidade, compuseram guarnições para acompanhar o atendimento da população de mulheres e meninas em situação de violência do maior território indígena localizado em espaço urbano, que compreende cerca de 20 mil habitantes, distribuídos em 3 aldeias: 1) Bororó; 2) Jaguapiru; e 3) Nhuvérá, das etnias Guarani Kaiowá, Guarani Nhandeva e Terena. A PMMS desenvolve junto a esse público, o Programa Mu-

lher Segura, qualificado como PROMUSE Indígena, que seria uma versão do que em Minas Gerais se conhece como Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica (PPVD) ou Radiopatrulha de Proteção à Mulher (RpPM), desenvolvido pela PMMG.

O desafio da fronteira - Ainda em Dourados, foi visitado o Departamento de Operações de Fronteira (DOF), onde foi possível ter acesso, via exposição dos oficiais de In-

teligência, à dinâmica que nutre e o rastro dos esquemas reproduzidos pelas facções criminosas no que tange ao tráfico de drogas e o contrabando de inúmeras mercadorias, assim como, o cálculo aproximado do que lucram com suas investidas e figuras diretamente favorecidas. As equipes DOF atuam no enfrentamento de grupos criminosos que adentram o território brasileiro vindos do Paraguai e Bolívia. Por fim, no limite da

fronteira Brasil e Paraguai, a 120 km de Dourados, acessou-se Ponta-Porã, onde está situado o 4º Batalhão PMMS, que produz segurança pública sob a desafiante realidade da condição de "cidade gêmea" com o município paraguaio de Pedro Juan Caballero, divididos por uma rua de uso comum. A visita rendeu à comitiva o aprendizado singular, que será compartilhado e discutido junto aos pares de suas respectivas Unidades.



Festa do final de ano das atletas foi mais um entretenimento feliz de muitas risadas

No sábado (8/11/25) foi realizada mais uma comemoração das GFC - Guerreiras Futebol Clube (mulheres que se reúnem e fazem de conta que sabem

jogar futebol rsrsrs). A festa foi iniciada às 13h e encerrada após às 21h. Essas mulheres lindas amam uma boa festa, regada a muita comida, bebida, música

boa e muitas risadas. Contaram com a participação de familiares, amigos e o idealizador desse grupo, Rogers Ruppim, educador físico e ex-jogador do Flamengo. E não esqueceram de ninguém, mesmo as que já foram, ainda que precocemente. As atletas prestaram uma linda homenagem pós-tu-

ma a amiga e presença frequente nas festas das GFC, a jornalista Cristina Moutinho, que contava nos dedos quando a festa ia ser. De qualquer mane-

ira, somos entusiastas dessas meninas que se reúnem para não deixar o esqueleto de folga e batem a bolinha com muito gosto. Parabéns a todas.

